

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

HIGO VALE DE OLIVEIRA

O PERFIL DOS TOMADORES DE CRÉDITO DE PRONAF DOS
AGRICULTORES FAMILIARES SINDICALIZADOS NO MUNICÍPIO
DE CACOAL - RO

CACOAL /RO
2016

HIGO VALE DE OLIVEIRA

**O PERFIL DOS TOMADORES DE CRÉDITO DE PRONAF DOS
AGRICULTORES FAMILIARES SINDICALIZADOS NO MUNICÍPIO
DE CACOAL - RO**

Artigo de conclusão de curso apresentado à
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
UNIR - *Campus* Professor Francisco Gonçalves
Quiles, como requisito do título de Bacharel em
Administração.

Orientador: Professor^o Ms. Ademir Luiz Vidigal
Filho.

Oliveira, Higo Vale de.
O49p O perfil dos tomadores de créditos de PRONAF dos agricultores familiares sindicalizados no município de Cacoal-RO / Higo Vale de Oliveira. – Cacoal/RO: UNIR, 2016.
33 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. M.e Ademir Luiz Vidigal Filho.

1. Agricultura familiar. 2. Crédito rural. 3. Agricultores. I. Vidigal Filho, Ademir Luiz. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 336.77:338.43

Catalogação na publicação: Naiara Raissa Passos – CRB11/891

HIGO VALE DE OLIVEIRA

**O PERFIL DOS TOMADORES DE CRÉDITO DE PRONAF DOS
AGRICULTORES FAMILIARES SINDICALIZADOS NO MUNICÍPIO
DE CACOAL - RO**

Natureza: Artigo de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Prof. Ms. Ademir Luiz Vidigal Filho - UNIR

Nota

Professor

Nota

Professor

Nota

Média

Cacoal/RO
2016

O PERFIL DOS TOMADORES DE CRÉDITO DE PRONAF DOS AGRICULTORES FAMILIARES SINDICALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO¹

Higo Vale de Oliveira²

RESUMO: A agricultura familiar mostra-se como um dos promotores do crescimento da economia do País, por meio do acesso ao crédito rural começou a se destacar, transparecendo importância desse fenômeno. O objetivo da pesquisa é identificar o perfil do tomador de crédito rural no município de Cacoal/RO. A pesquisa foi descritiva de caráter exploratório, abordagem quantitativa e método dedutivo. As técnicas de coletas de dados foram: pesquisas bibliográficas, estudo de campo e aplicação de questionário e de observação não participante. Pesquisa realizada conforme cálculo amostral da linha 14 de 324 pessoas. Através do cálculo foram aplicados 123 questionários, obedecendo à margem de erro de 7%, nível de confiança de 95%. Os resultados mostram o perfil e as características, os motivos que os levaram a buscarem o crédito, as linhas de créditos e suas aplicações. Pode-se identificar o perfil, homens, casados, acima de 40 anos de idade, possuindo nível primário de escolaridade, que atuam em sua região. Verificaram-se as principais causas que o levam a buscarem o crédito, sendo a baixa taxa de juros e a periodicidade do pagamento das operações. Os agricultores têm como dificuldade a acessibilidade ao crédito nos levantamentos de documentações. O estudo mostrou que a utilização do crédito é importante para o aumento de produção e renda, melhorando a qualidade de vida desses agricultores. Sugere-se que os agricultores façam um controle de receitas e despesas mediante ao crédito aplicado e que o estudo possa ser aplicado em outras regiões do estado de Rondônia.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Crédito Rural. Agricultores. Linhas de Crédito

INTRODUÇÃO

O fortalecimento da agricultura familiar vem tornando uma das maiores ferramentas econômicas para a geração de receita no país, mesmo tendo a maior parte da população situada no perímetro urbano o país se sobressai como um dos maiores celeiros agrícolas do mundo, os agricultores familiares possuem um valor relevante para a fomentação da economia local de seu município e seus respectivos estados. Na visão de Brose (1999) o desenvolvimento de uma determinada região que se baseia na agricultura familiar depende

¹ Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração sob orientação do Prof.º Ms. Ademir Luiz Vidigal Filho.

² Acadêmico do 8º período do curso de Administração da UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia.
E-mail: higo.vale1@gmail.com

fundamentalmente de intervenções estatais, regulando as assimetrias do mercado através das políticas públicas.

O crédito rural possui papel importante para o desenvolvimento da atividade agropecuária, isso é fundamental na evolução econômica, porém esse crescimento tem que ser recíproco, disponibilização de crédito tem um fim ou um bem comum, ou seja, é necessário que a sociedade identifique quem são os tomadores de crédito que são responsáveis por desenvolver esse crescimento tão expressivo da agricultura brasileira, visto que este perfil pode ser advindo de diversas características peculiares de cada agricultor.

O Governo Federal disponibiliza subsídios de investimento e desenvolvimento agrícola sendo principal o PRONAF – O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar cujo objetivo é fomentar e fortalecer a produtividade agrícola realizada pelos agricultores familiares, favorecendo o desenvolvimento tecnológico, oferecendo alternativas de financiamentos contribuindo para a redução da pobreza rural que é uma característica social.

O novo modelo de concessão de crédito oferecido pelas políticas governamentais despertou o interesse de agricultores e não agricultores onde todos são atraídos pelos baixos juros de financiamento e principalmente pela periodicidade oferecida pelos respectivos créditos.

Nesse contexto a pesquisa teve como principal objetivo responder o seguinte questionamento: *Qual o perfil do tomador de crédito dos produtores rurais no município de Cacoal-RO?* Objetivo Geral da pesquisa foi identificar o perfil do tomador de crédito rural no município de Cacoal-RO sendo os objetivos específicos: verificar as linhas de créditos voltadas à agricultura familiar, descrever o perfil dos tomadores de crédito rural no município de Cacoal-RO, identificar os motivos que conduzem os agricultores familiares a buscarem o crédito, identificar como as famílias aplicam os recursos oriundos do crédito concedido.

O estudo justifica-se pelo crescimento da agricultura familiar no país, principalmente aos recursos disponibilizados através do Governo Federal, mais especificamente o PRONAF, que através destes recursos disponibilizados por órgãos de créditos financiadores como Banco do Brasil, BNDES e outros trazem um novo âmbito que tangem a agricultura familiar.

De acordo com Brasil (1995), pela resolução Nº 2191 do Banco Central do Brasil, e instituído em 1996, pelo Decreto Nº 1946, o programa nacional do fortalecimento da agricultura familiar trouxe para a sociedade um novo parâmetro de aquisição de créditos, até então antes de sua criação havia dificuldades para a aquisição de crédito e microcrédito rural, para investimento no setor agrícola, dificultando a produção rural nos setores primários e secundários, essa dificuldade desencadeava novas séries de problemas como êxodo rural e a elevação de produtos primários na economia local.

Portanto o estudo vem contribuir para sociedade os aspectos econômicos e sociais desses agricultores tais como: renda, tipos de cultivo em suas terras, verificando aspectos como idade, sexo, estado civil, regularização fundiária, do conjunto familiar.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para atingir resultados de um bem comum em uma sociedade o governo utiliza as políticas públicas que são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. São certas que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade, ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo. (LOPES 2008 p. 5).

Segundo Rua (2009) a avaliação de políticas públicas é um processo estritamente formal, visto que consiste no exame sistemático das intervenções planejadas, com base em critérios explícitos e procedimentos de coleta e análise das informações sobre conteúdo, estrutura, processo, resultado, qualidade e/ou impactos.

Souza (2006) expõe que no contexto de políticas públicas há diversos envolvidos, sendo estes chamados de atores sociais, pessoas, grupos ou organizações que participam de algum “jogo social”, que possui um projeto político, controla algum recurso relevante, tem, acumula (ou desacomoda) forças no seu decorrer e possui, portanto, capacidade de produzir

fatos capazes de viabilizar seu projeto. Os atores sociais podem ser relacionados como representantes de um grupo social, normalmente estão ligados a alguma associação, grupo social e movimentos por um objetivo de um bem comum, esses atores sociais tem um papel relevante, pois esses são os representantes de um desejo ou anseio dos envolvidos.

Em meados de 1990 houve uma série de movimentos estabelecidos por trabalhadores rurais a fim de que o governo promulgasse uma implantação de políticas públicas voltadas para os incentivos da produção familiar, estes liderados principalmente por movimentos sindicais considerados como atores sociais como citado por Souza (2006), produzindo projetos de forma que os mesmos fossem concretizados, da mesma forma o governo ao longo dos anos estabelece plano de políticas públicas através do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

Deste modo as políticas públicas relacionadas diretamente com o avanço da renda da agricultura familiar que favorecem a estrutura de mercado promulgaram-se por meio desses atores sociais, aumentando a qualidade de vida no campo. Essas políticas não estão apenas relacionadas com o âmbito econômico, mas também ao social.

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é um modelo de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias e não agropecuárias, mas que tenham como base a família rural no desenvolvimento dessas atividades, na qual apresenta um papel relevante para o cenário econômico para o País. Segundo Altafin (2007) a agricultura familiar não é um termo novo, porém o crescimento de suas vertentes no meio social e sua penetração no meio acadêmico, nas políticas públicas de governo, faz com que se idealizem novos significados e novas implantações de recursos voltadas para o segmento.

De acordo com o MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, Brasil (2014) a agricultura familiar é uma forma de produção onde se predomina a interação entre gestão e trabalho, pois são os agricultores familiares que dirigem todo o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilização do trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. Dados do Portal do Planalto em (2012) a agricultura familiar apresentava importante função dentro do cenário econômico brasileiro, dentre elas estão à

segurança alimentar, responsável por garantir alimentos saudáveis de mais de 70% dos brasileiros.

Muitas regiões do país baseia-se nesta atividade econômica, isso se deve ao novo retrato da agricultura familiar no país, que deixou de prezar produções simplórias para consumo próprio, caracterizados como camponeses, para métodos de produção modernos e tecnológicos. O agricultor passou a ter uma visão mais holística em relação ao mercado agrícola. Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços tecnológicos e de responder as políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponeses (ABRAMOVAY,1992).

Para Souza (2011) até em meados da década de 90 não existia nenhum tipo de política pública de abrangência nacional, na qual auxiliasse nas necessidades dos pequenos produtores rurais, o governo tinha uma visão fechada para a agricultura devido às intensas modificações da industrialização do país.

O acesso ao microcrédito era muito restrito e acarretavam juros altíssimos, impossibilitando pequenos agricultores de realizarem investimentos em suas propriedades. Foram em respostas a lutas organizadas pelos trabalhadores rurais que se passou a vigorar o PRONAF. A partir desse contexto que se possibilitou um novo cenário da agricultura familiar brasileira.

Conforme descrito por Souza, a partir da criação do PRONAF que se notou a existência do termo ‘agricultura familiar’ e do seu grande potencial na aceleração econômica, tornando-se grandes atores da nova modalidade de agricultura descentralizando o poder de grandes produtores tornando-se a agricultura mais homogênea.

1.3 CRÉDITO RURAL

Crédito é uma palavra originada do latim “*credere*” e significa depositar confiança, confiar em, crer em. Na visão de Moura (1989) uma das definições de crédito é dispor a um terceiro determinado valor, onde o indivíduo apresentará uma promessa de pagamento deste valor no futuro, ou seja, fazer com que as pessoas em recursos possam consumir hoje para

pagar no futuro. A essência do crédito é a promessa de pagar em uma data futura, determinado valor.

O crédito rural foi sistematizado pela Lei Nº4. 829/65 e disciplinado pelo Decreto Nº 58. 380/66, tendo em vista o bem-estar do povo, o mesmo é distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do país. Em seu Artigo 2 e 3 são mensurados o conceito de crédito rural e seus objetivos.

Art. 2º Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor. Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural: I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural; II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.

Conforme o Banco Central do Brasil considera-se crédito rural a modalidade de custeio, quando destinados a cobrir despesas normais de um ou mais períodos de produção agrícola ou pecuária, investimento, quando se destinarem a inversões em bens e serviços cujos desfrutes se realizem no curso de vários períodos; e comercialização, quando destinados, isoladamente, ou como extensão do custeio, a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, sua estocagem, transporte ou à monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores.

1.3.1 Cinco ‘C’s’ do crédito

A análise do crédito é um dos fatores importantes para que o mesmo seja realizado de forma correta e segura, o fator qualidade da análise de crédito depende da avaliação de séries de variáveis inerentes ao tomador de crédito, variáveis estas que são fundamentais a liberação do crédito. O mesmo pode ser agrupado nos chamados 5 C’s do crédito.

Na visão de Baraldi (1990) analisar o devedor com base no 5C’s do crédito o tomador já estará preestabelecido para a concessão do crédito, que compreende na avaliação do seu caráter, sua capacidade, seu capital, suas condições seu colateral e seu conglomerado. Portanto esse procedimento é uma espécie de roteiro de análise que tem como objetivo de

reduzir aspectos irrelevantes do crédito, ou seja, reduzir os riscos provenientes a determinada concessão.

Para Gitman:

A análise por meio dos cinco Cs do crédito não produz uma decisão específica de aceitação ou rejeição e, portanto, seu uso requer a intervenção de um analista experimentado o estudo de pedidos e em decisões de concessão de crédito. A aplicação desse enfoque tende a garantir que os clientes da empresa paguem seus débitos, sem que sejam pressionados, dentro prazo de crédito estabelecido. (GITMAN, 2004, p. 521)

A análise dos 5 Cs é importante dentro do âmbito do risco de crédito pois as metodologias aplicadas á ela promovem o chamado qualidade de concessão de crédito, ou seja é a garantia que o tomador de crédito predispõe através de seu perfil. Muitos agricultores familiares possuem dificuldades de acesso ao crédito rural, pois suas características são insuficientes para a aprovação levando em consideração o embasamento dos 5 Cs do crédito.

Quadro 1: Discriminação específica dos 5 Cs do crédito e suas características.

Caráter	Capacidade	Capital	Colateral	Condições
Processo de levantamento de dados sobre a conduta de um determinado sujeito	Informações financeiras capazes de atribuir negócios em receita. Toda receita apresentada gera uma capacidade de negócio.	Levantamento de informações referente ao patrimônio do sujeito, ou seja, os bens que o mesmo possui e que podem ser gerados na aplicação da renda	Está relacionada à característica de garantia atribuída ao crédito, quando os elementos do caráter são considerados fraco.	Verificação dos impactos a ser causados com a aplicação do crédito. Fatores sistemáticos ou externos sobre a fonte primária de pagamento.

Fonte: Centa e Tsurro (2009); Gitman (2010); Silva (1983); Moreira (2008); Santos (2000); Miura e Davi (2000). Adaptado pelo próprio autor (2015).

As etapas descritas de análise dos riscos de crédito compreendem basicamente no processo, abastecimentos de informações do banco de dados, levantamentos de informações, características e verificação geral do crédito.

O Banco Central do Brasil (2009) em sua resolução N°.003721 define risco de crédito em seu artigo 2° como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos

termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

De acordo com Blatt (1999) inadimplência ocorre quando a pessoa não cumpre as suas obrigações contratuais no termo convencionado, ou seja, é a falta de cumprimento do contrato ou de qualquer de suas condições. A Resolução 2.682/99 (BACEN, 2009) determinou as escalas de classificação de risco e fixou os respectivos percentuais de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa para instituições financeiras brasileiras, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Classificação das classes de riscos e de provisionamento utilizado em instituições financeiras para atribuição do crédito.

Classes de riscos	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisionamento	0,0%	0,5%	1,0%	3,0%	10%	30%	50%	70%	100%

Fonte: Banco Central do Brasil (2009)

A classificação (AA) não apresenta risco, (A) representam menor risco, sucessivamente as demais até chegar à classe H, quando o caso já está no extremo e o provisionamento é de 100%, ou seja, a operação em sua totalidade está provisionada. É comum a utilização desse modelo de escala em cooperativas e bancos para provisionamento de dívidas duvidosas, a partir do momento em que é concedido um crédito a um tomador automaticamente ele ficará no risco A. Paulo Humberto Figueira (2001) em sua dissertação de mestrado em administração pela FGV classifica as principais subáreas do risco de crédito.

Quadro 3: Classificação dos riscos de crédito.

A	Risco e inadimplência: Relacionada ao não pagamento de juros e principal de empréstimos.
B	Risco de degradação de crédito: relacionada à reclassificação dos riscos do tomador de recursos.
C	Risco de degradação de garantias: Perda de qualidade das garantias vinculadas aos empréstimos.
D	Risco soberano: Relacionada à incapacidade de pagamento do tomador em função de restrições impostas no país.
E	Risco de concentração: Relacionada a não diversificação da carteira de empréstimo.

Fonte: Figueira (2001).

As subdivisões dos riscos de crédito é uma importante ferramenta que auxilia no melhoramento da carteira de crédito, pois se distingue a qualidade do tomador de crédito na operação, que são analisadas item por item antes da liberação do crédito, deve-se levar em consideração que esse é um procedimento padrão e que fica a critério das instituições financeiras utilizarem ou não, em se tratando de recursos do BNDES esse procedimento é obrigatório.

1.4 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Dentre as políticas públicas estabelecidas pelo governo no auxílio do crescimento da agricultura familiar, a principal existente é o PRONAF. Criada em 1995 pelo Governo Federal, trouxe para os pequenos agricultores recursos que até então eram escassos e os mesmos não conseguiam agregar valor nos seus estabelecimentos, dificultando-os na inserção do mercado agrícola como os demais produtores que tinham acessos a outros créditos exclusivos disponíveis em instituições financeiras.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criada em 1996, conforme o DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federais, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações. § 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas. (BRASIL 1996)

A instituição do PRONAF não está apenas ligada, as políticas públicas estabelecidas pelo governo federal, existem uma série de vínculos com governos locais e parcerias com bancos e instituições financeiras que liberam esse tipo de crédito, onde os mesmos devem seguir as regras estabelecidas pelo Governo Federal.

De acordo com Belik (1999) após a criação do programa, a concessão de crédito era baixíssima. Para as modalidades de custeio eram liberados até R\$5.000,00 R\$ 15.000,00 para a modalidade de investimento e R\$75.000,00 para contratos de investimentos coletivos a uma

taxa alta de juros de 12% á 9% ao ano, e o mesmo tinham que aderir os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017 disponibilizou R\$ 38,2 Bilhões de reais, o maior dentre todas as safras existentes. De acordo com Brasil (2006) em sua lei 11.326, de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da política da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, e o seu artigo 3º define quem é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural, a partir desse enquadramento obtido através da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf, que os agricultores estarão aptos a utilizar as linhas de créditos oferecidas pelo programa.

1.5 LINHAS DE CRÉDITO PRONAF

O PRONAF apresenta linhas de créditos de acordo com o que a lei a orienta, como já citado é fornecido às linhas de custeio, investimento e comercialização, o programa além de ser um instrumento que garante a vida no campo do trabalhador rural é uma ferramenta de melhoramento de renda. De acordo com o MDS - Ministério de Desenvolvimento Agrário, Brasil (2014) a política pública instituída através do PRONAF atualmente trabalha nas seguintes linhas de crédito.

Quadro 4: Principais linhas de crédito de investimento e de custeio utilizadas por agricultores familiares:

Linhas de Crédito do PRONAF	
PRONAF Custeio	Financiamentos de custeio de atividades agropecuárias de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.
PRONAF Investimento	Financiamento de implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produtos e serviços, agropecuários ou não agropecuários.
PRONAF Agroindústria	Linha de financiamento de investimento de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração do turismo rural.
PRONAF Agroecologia	Linha para financiamento de investimentos dos sistemas agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos á implantação e manutenção do empreendimento.
PRONAF Eco	Investimentos em técnicas que inimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente.
PRONAF Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal,

	recomposição, recuperação e manutenção de áreas de preservação.
PRONAF Semiárido	Focados na sustentabilidade dos agros ecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação recuperação ou modernização das demais infraestruturas.
PRONAF Mulher	Linha para financiamento de investimento de propostas de crédito da mulher agrícola.
PRONAF Jovem	Financiamento de investimento de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
PRONAF Custeio e comercialização de agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
PRONAF Cota-parte	Financiamentos de investimentos para integralizações de cotas de agricultores filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Fonte: Ministério do desenvolvimento agrário (2014), adaptado pelo autor (2016).

Segundo Ziger (2013) o crédito rural para agricultura familiar é um dos grandes responsáveis pela inclusão social de muitos agricultores, que antes eram esquecidos pelo sistema financeiro tradicional, às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e muitas por movimentarem pequenas quantias de dinheiro.

Contudo, essa garantia de acesso ao crédito por essas famílias resultaram um impacto que tem resultados para o desenvolvimento material e social das comunidades em que se inserem, contribuindo para melhorar a qualidade de vida de um conjunto maior de pessoas local e regionalmente. As economias rurais locais se movimentam mais aceleradamente quando os agricultores possuem renda, já que grande parte da sociedade se beneficia dessa situação.

2 METODOLOGIA

Esse artigo caracterizou-se quanto ao tipo de pesquisa descritiva, que para Gil (1991) visa descrever as características de determinada população, fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Ao método de pesquisa foi utilizado o dedutivo, Andrade (2001) afirma que a dedução é o caminho das consequências, pois uma cadeia de raciocínios em conexão descendente, ou seja, do geral para o particular, leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias e leis gerais, pode-se chegar à determinação ou previsão de fenômenos ou fatos particulares. O percurso do raciocínio faz-se da causa para o efeito.

Quanto ao objeto, a pesquisa foi bibliográfica e de campo. Bibliográfica, pois diversos autores e artigos foram utilizados para a constituição da pesquisa de acordo com cada tema especificado como: conceito, contextualização do problema, dados importantes da realidade da agricultura atual e a realidade do crédito rural no país.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como os primeiros passos de toda a pesquisa científica.

Já a pesquisa de campo foi utilizada para o aprofundamento do assunto e caracterizar o perfil do objeto. Na Visão de Vergara (1998) A pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.

Quanto à abordagem a pesquisa foi de cunho quantitativo, que para Michel (2005) configura-se quantificação as modalidades de coleta de informações, desta forma a pesquisa quantitativa se realiza na busca de resultados precisos exatos, comparado através de medidas de variáveis preestabelecidas.

Para a realização da pesquisa utilizou-se o questionário, onde Santos (2000) conceitua como um conjunto de itens ordenados e bem apresentado. Ao elaborar um questionário é importante ressaltar alguns aspectos como clareza, tamanho, conteúdo organização das perguntas. Ruiz (2002) ressalva que na técnica do questionário, o informante escreve ou responde por escrito um elenco de questões que são cuidadosamente elaboradas.

Utilizou-se como forma complementar a pesquisa a observação não participante, Lakatos e Marconi (2008) caracteriza observação não participante como o procedimento em que o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, ou seja, permanece de fora, nelas são presenciados fatos, mas não participa dele e não deixa se envolver pelas situações. A técnica da percepção inserida na pesquisa resultou em informações importantes não identificadas pelo questionário.

A aplicação da pesquisa foi realizada por meio de dois instrumentos de coleta de dados: questionário e observação não participante. Foram escolhidos estes instrumentos para obter mais riquezas de informações para o levantamento de dados.

O questionário foi aplicado em todos os agricultores familiares situados na linha 14 no município de Cacoal- RO que estavam inseridos no calculo amostral. O questionário foi estruturado a partir de um questionário adaptado de Alba (2009) com 28 perguntas fechadas podendo ser respondidas mediante ao pesquisador.

Na observação não participante foi estabelecido pelo pesquisador um roteiro onde através do mesmo foram analisadas características como: a sinceridade prestada, o nervosismo apresentado, respostas repetitivas, impaciência, receio ao responder as perguntas. O levantamento dessas características resultou em informações reais sobre o real perfil do agricultor familiar.

Os sujeitos da pesquisa foram os agricultores familiares na condição de produtores rurais no município de Cacoal-RO que utilizaram o crédito rural. O universo da pesquisa teve como base umas das linhas rurais de Cacoal, sendo está à linha 14 onde os agricultores da pesquisa estão inseridos.

Os critérios utilizados para a aplicação da pesquisa na linha 14 foi à ampla população agricultora existente no local, a linha 14 não é a maior em extensão, porém é umas das linhas que mais se desenvolve a agricultura, a linha 14 dispõe de associações como: Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Santo Antônio - ASPRUSA, responsável por auxiliar o transporte e secagem de café e a Associação da linha 14 - ASPROF, no local também se localiza o povoado de Divinópolis e a aldeia indígena Suruí.

A aplicação da pesquisa foi feita através do cálculo amostral da população, a pesquisa foi formada com base de relatórios concedidos por uma entidade sistema referência na prestação de serviço ao agricultor. O relatório disponibilizou de um universo de 364 moradores de ambos os gêneros e idades inseridos na linha 14, os moradores estavam distribuídos em lotes e glebas. Foram levados em consideração apenas os moradores que possuem cadastro no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cacoal-RO.

Amostra foi aleatória simples aquela na qual todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados. Uma amostra desse tipo pode ser obtida, por exemplo, através do sorteio dos elementos. O universo da linha 14 era de 324 pessoas que através do calculo foram aplicados 123 questionários, obedecendo à margem de erro de 7%, com nível de confiança de 95% Universo da amostra conforme á formula proposta por Martins (1994).

$$N = Z^2 \cdot P \cdot Q \cdot N / d(N-1) + Z^2 \cdot P \cdot Q,$$

N = Tamanho da População;

Z = Abcissa da normal Padrão;

P = Estimativa da Proporção;

Q = 1 - P e d = Erro amostral.

Seguindo esses delineamentos, os sujeitos da pesquisa foram os produtores rurais na condição de agricultor e a amostra da pesquisa será na linha 14 no município de Cacoal-RO onde esses agricultores estão inseridos.

Depois de aplicado o questionário e a observação não participante, os dados foram classificados, codificados, tabulados e interpretados em gráficos e tabelas feitas no *Microsoft Excel*, os mesmos foram tratados e analisados através do cálculo de amostragem probabilística.

As informações tiradas dos questionários foram tabuladas na forma de gráfico para demonstrar como estava estruturado o perfil desses agricultores, foi usada a forma de tabela dinâmica para evidenciar as etapas dos procedimentos realizados na aplicação do recurso. Foi usada a tabela para destacar a percepção dos do pesquisador quanto aos fatores influenciadores de supostos desvios de recursos que podem vir ocorrer, desta maneira justifica-se a utilização da observação não participante.

O projeto foi estruturado conforme o Manual do Artigo Científico do Curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia - Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles em Cacoal (SILVA; TORRES NETO; QUINTINO, 2010).

3 RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

Os resultados obtidos com a pesquisa conforme os 123 questionários aplicados, foram abordados características gerais dos agricultores, tais como endereço, idade, gênero, distinção de atividades de produção oriundas das propriedades, bem como avaliação das políticas de crédito rural utilizadas pelos agricultores assegurando a veracidade dos dados, sendo que os resultados serão apresentados de forma clara e objetiva.

3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Busca-se nesse primeiro momento conhecer o perfil dos participantes, iniciou-se com questões essenciais com o intuito de identificar alguns itens relevantes para pesquisa, como idade, o estado civil, se possuem filhos, grau de escolaridade, tipo de atividade desenvolvido em suas propriedades.

Fizeram parte da pesquisa 123 agricultores através de aplicação de questionário, dentre estes (79%) são do sexo masculino (21%) do sexo feminino, quanto à distribuição das faixas etárias (59%) estão com idade acima de 40 anos, (26%) de agricultores entre 31 e 40 anos e (15%) de agricultores entre 21 e 30 anos.

A representatividade da amostra pesquisada revela a diminuição dos jovens no campo por meio do êxodo rural, devido aos fatores de crescimento do município e região, tal como revela também o envelhecimento da população agricultora do município de Cacoal. Como Souza (2011) afirma que em até meados da década de 90 não existia nenhum tipo de política pública de abrangência nacional, na qual auxiliasse nas necessidades dos pequenos produtores rurais, o governo tinha uma visão fechada para a agricultura devido às intensas modificações da industrialização do país, isso fez com que até nos dias atuais acontecesse o êxodo rural.

Quanto ao estado civil dos agricultores desta pesquisa, 88% declararam casados (as), isso de maneira geral mostra o fato da agricultura familiar ter crescido muito ao longo dos anos, apenas (8%) se declaram solteiros (as). Os percentuais de pessoas casadas refletem na quantidade de filhos dos pesquisados, (42%) dos pesquisados possui 5 (cinco) filhos ou mais, os pesquisados que possuem 4 (quatro) filhos representam (20%), e aqueles que possuem 3 (três) filhos representam (24%), os pesquisados que apresentaram de 1 (um) a 2 (dois) filhos forem irrelevantes.

No que se refere à escolaridade dos agricultores (66%) declaram ter cursado o nível primário, (17%) declaram ter cursado o nível fundamental e (13%) dos agricultores possuem o ensino médio completo. Reflexo da idade dos sujeitos desta pesquisa, onde em sua maioria possuem mais de 40 anos, os que possuem o ensino médio se assemelham com a quantidade de agricultores mais jovens da pesquisa, porem é necessário destacar que (2%) não possuem alfabetização.

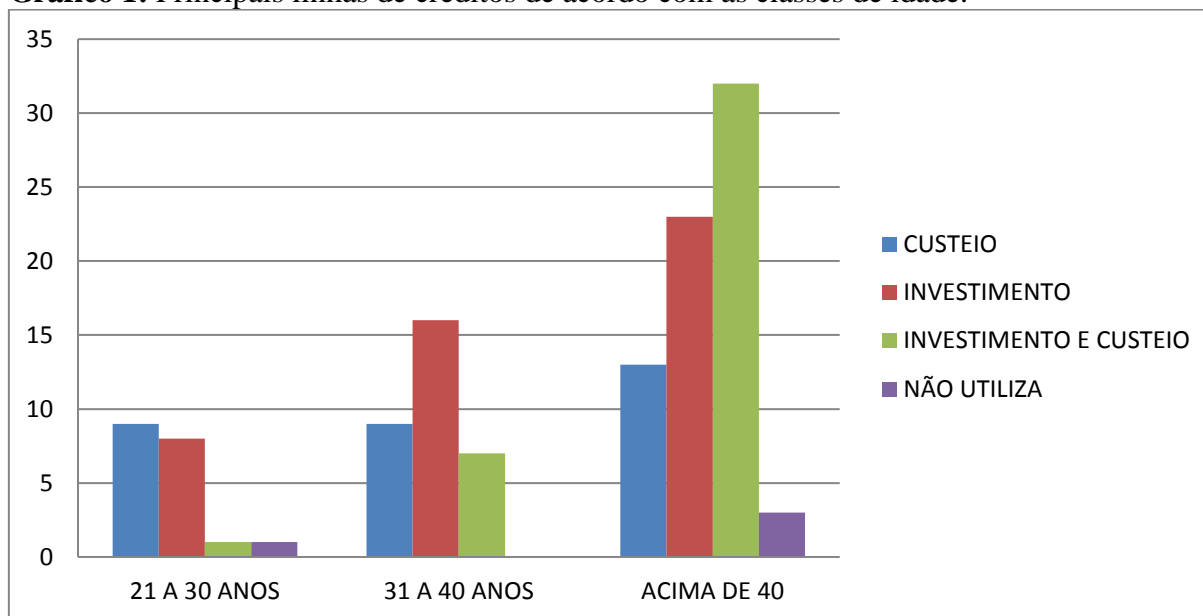
Outro dado importante para realização da pesquisa foi o levantamento do tipo de propriedade dos agricultores pesquisados, a condição do participante é uns dos fatores limitantes na constituição do crédito. Verifica-se a condição de moradia dos pesquisados, em maioria possuem propriedade particular, (65%) sejam por compra ou por herança, pois, através da observação não participante notou-se que em maioria a escritura da terra é passada de pai para filho, (25%) estão em condições de contrato de comodato onde são constituídos por filhos dos respectivos proprietários para que possam acessar o crédito rural e outros benefícios oriundos do governo, (7%) estão em condições de uso coletivo de terras, (2%) como arrendatários e (1%) como meeiros (concessão de terras, para produção para consumo familiar).

3.2 CARACTERISTICAS DOS TOMADORES DE CRÉDITO E LINHAS DE CREDITOS UTILIZADAS.

De acordo com o MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, Brasil (2015) a agricultura familiar é uma forma de produção onde se predomina a interação entre gestão e trabalho, pois são os agricultores familiares que dirigem todo o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilização do trabalho familiar, eventualmente complementado por outros tipos de trabalhos complementares.

Foram indagados para o questionário aplicado quais seriam as maiores modalidades de créditos utilizados por estes agricultores, essas linhas de crédito são o alicerce inicial para a manutenção deste ciclo citado pelo MDS, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1: Principais linhas de créditos de acordo com as classes de idade.



Fonte: Próprio Autor (2016)

O Gráfico trouxe à relação observada entre as linhas de créditos e o perfil de idade desses agricultores, nota-se que os principais tomadores de crédito encontram-se com idade acima de 40 anos onde nessa faixa etária (26%) utilizam as modalidades de investimento e custeio pelo menos uma vez por ano, ou seja, adquirem novos investimentos rurais (Gados, implementos, maquinários) e adquirem capital de giro rural (custeio) para manterem esses investimentos com objetivo que obtenham lucro.

Quanto às modalidades de investimento disponibilizado pelo programa de fortalecimento da agricultura familiar dos participantes acima de 40 anos da pesquisa (19%) utilizam a modalidade apenas de investimento, (11%) utilizam a modalidade de custeio, (2%) não utilizam nenhuma dessas fontes. Em se tratando de agricultores com idades entre 31 a 40 anos, (5%) utilizam as modalidades de investimento e custeio, (13%) a modalidade de investimento, (7%) utilizam custeio. Quanto aos tomadores de crédito mais jovens (7%) utilizam custeio, (6%) utilizam investimento, jovens que utilizam investimento e custeio foram irrelevantes para a pesquisa.

O reflexo desses dados está relacionado ao risco de crédito que nos casos de pessoas mais jovens o risco aumenta; O banco central do Brasil em sua resolução N°.003721 define risco de crédito em seu artigo 2º como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados. (Brasil, 2009)

Ao analisar um cadastro socioeconômico não somente se analisa a capacidade financeira do tomador de crédito, mas sim aspectos como patrimônio, endividamento ao SCR - Sistema de Informações de Crédito e também o nível de classificação de risco por idade. Desta maneira os agricultores com idades acima de 40 anos possuem mais instabilidade no ato de acessar o crédito.

Considerando as linhas de crédito utilizadas pelos agricultores verificou-se de onde provêm suas principais rendas. Os dados relatam que hoje a concentração de renda está associada à bovinocultura sendo distribuídas em corte e leite, deste modo (28%) trabalham com a bovinocultura de corte e leite, destaca-se esse tipo de renda, pois através do leite produzido possibilita obter uma renda mensal segura de manutenção familiar, tendo em vista que nos bovinos de corte existe um processo de crescimento/engorda para depois abater, (25%) trabalham apenas com a bovinocultura de leite, a produção desta cultura é crescente devido a grandes indústrias de laticínios existentes na região.

Cacoal conhecida como a capital do café por meio da pesquisa demonstrou que a produção do mesmo está moderada em (36%) dos pesquisados, os principais motivos que conduziram a esses percentuais foi à migração de muitos agricultores para a bovinocultura, porém muitos agricultores através de visita de campo têm melhorado suas lavouras e implantando novas tecnologias sendo a principal a substituição do café simples para o café clonal, o café clonal é mais resistente a mudanças climáticas e a partir do segundo ano de plantação ela já começa a produzir. Representam (6%) os agricultores que apenas trabalham com gado de corte, (3%) com hortaliças.

Seguindo com as características analisou-se a mão de obra de terceiros e a mão de obra familiar utilizado pelos agricultores. Dos 123 questionários aplicados 85% dos agricultores utilizam de (75 a 100%) da mão de obra familiar, 11% utilizam de (50 a 75%), os resultados mostraram grande participação familiar no processo de produção.

Quanto à utilização da mão de obra de terceiros (55%) dos pesquisados não utilizam mão de obra de terceiros, sendo assim exclusivo o trabalho familiar. Representam 29% os que utilizam pelo menos (20%) de mão de obra de terceiros pelo menos uma vez por ano, principalmente para atividades de produções anuais como, por exemplo: a plantação, preparação e a colheita do café ou outros empreendimentos de cunho anual, onde em propriedades com grandes quantidades de área cultivada, são insuficientes apenas o trabalho familiar.

Ainda sobre as características desses agricultores verifica-se o tipo de controle de produção onde (63%) dos pesquisados não utilizam nenhum tipo de controle de receitas/despesas, do que é produzido através do capital emprestado pelas instituições financeiras, apenas (36%) utilizam controle por meio de anotações em cadernos, um modo bem rudimentar mais o mais comum entre os participantes da pesquisa, (1%) faz controle através de planilhas eletrônicas do Excel.

3.3 CAUSAS QUE LEVAM A BUSCAR O CRÉDITO

Para adquirir um crédito rural são analisadas diversas variáveis: variáveis pessoais, variáveis do meio social, variáveis econômicas entre outros. Desta maneira, buscaram-se identificar quais foram os motivos que levaram os agricultores pesquisados a adquirirem o crédito rural.

A primeira variável a ser analisada são as taxas de juros vinculadas com as políticas públicas. Todos os agricultores pesquisados adquirem ou já adquiriu crédito rural através do PRONAF no qual é uma linha de crédito governamental de incentivo a agricultura familiar, Segundo Rua (2009) a avaliação de políticas públicas é um processo estritamente formal, visto que consiste no exame sistemático das intervenções planejadas, com base em critérios explícitos e procedimentos de coleta e análise das informações sobre conteúdo, estrutura, processo, resultado, qualidade e/ou impactos.

Desta maneira em vista que a condição do participante variam em proprietários, comodatários, arrendatários, usos coletivos e meeiros e que possuem avaliações de créditos diferentes, os dados de avaliação de juros foram separados por condição do participante a começar pelos proprietários, dos 80 proprietários pesquisados (47%) avaliam os juros

favoráveis à aquisição do crédito, (17%) avaliam como intermediárias, (1%) avaliam as taxas de juros como ruins.

Em relação aos comodatários e arrendatários e os que possuem algum tipo de contrato coletivo, onde devido a essa condição a elevação do risco de crédito são maiores por não obter garantias hipotecárias, a pesquisa apresentou os seguintes dados (22%) avaliaram como juros favoráveis, (13%) avaliaram como intermediárias, não houve avaliação desfavorável para essa classe avaliada.

Foram analisados o nível de transparência e entendimento correlacionados as políticas de crédito rural e o que são apresentados aos agricultores no ato da atribuição ao crédito, pouco mais da metade dos pesquisados consideram as políticas de créditos rural totalmente transparente, representando (59%) dos pesquisados. Representam 17% os agricultores que avaliam como transparentes em (75%). Representam 11% aqueles que avaliam como transparentes em (50%) as políticas de crédito. Representam 7% os que consideram transparentes em (25%), apenas 6% avaliam como não transparentes as políticas de créditos.

Notou-se que os agricultores em sua maioria participam de reuniões em associações e sindicatos ou de programações relacionadas à secretaria de agricultura do município de Cacoal, buscando mais conhecimento sobre as políticas de crédito.

Constatou-se na pesquisa que a prática de aquisição de crédito já é algo comum entre os agricultores familiares nos seus estabelecimentos rurais de acordo com as modalidades de crédito de custeio e investimento que os agricultores familiares da pesquisa utilizam.

Cerca de (38%) dos pesquisados utilizam pelo menos 1 (uma) vez por ano a modalidade de investimento, aqueles que utilizam a modalidade de investimento e custeio pelo menos 1(uma) vez por ano representam (33%). Os agricultores que utilizam apenas a modalidade de custeio representam (24%), ou seja, adquirem o crédito somente para manter aquilo que já é produzido em suas propriedades com uma visão de melhoramento, (5%) não utilizam nenhuma dessas linhas de crédito.

Os resultados obtidos demonstram de maneira bem distributiva as linhas de créditos

disponibilizadas através do Pronaf, isso porque o agricultor passou a ter uma visão mais holística em relação ao mercado agrícola. Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado e sua produção, capaz de incorporar os principais avanços tecnológicos através dos financiamentos e de responder as políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponeses e sim como provedores da economia. (ABRAMOVAY,1992).

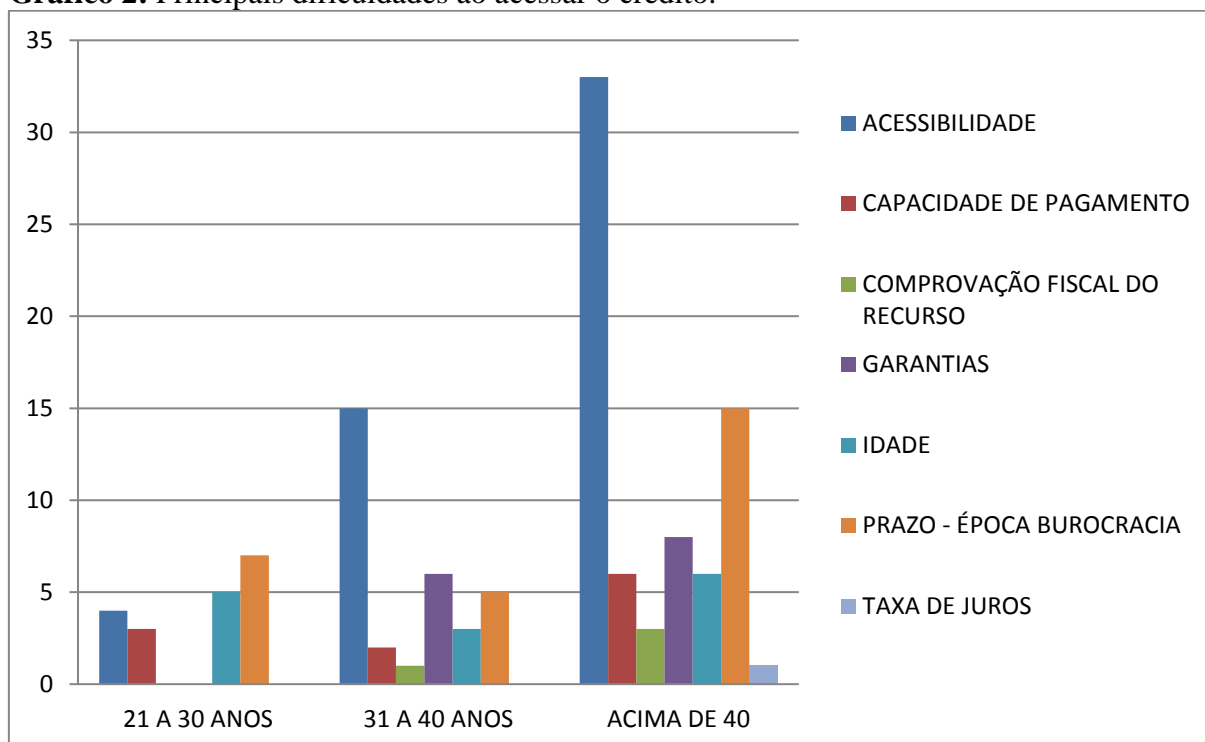
Através da observação não participante, constatou-se certa preocupação em relação a utilização do crédito rural, visto que a maioria dos pesquisados não possui controle de receitas e despesas e muitas vezes não tem noção do seu grau de endividamento, deixam se levar pela periodicidade do crédito que pode chegar até 3 anos para começar a pagar e pelas taxas de juros anuais e acabam não possuindo um planejamento financeiro, ocorrendo possivelmente a inadimplência que de acordo com Blatt (1999) ocorre quando a pessoa não cumpre as suas obrigações contratuais no termo convencionado, ou seja, é a falta de cumprimento do contrato ou de qualquer de suas condições.

Verificou-se que muitos recorrem a outras linhas de crédito fora dos repasses de crédito do BNDES para pagar dividas que saem do planejamento financeiro dos agricultores. Segundo a pesquisa (57%) já recorreram a empréstimos pessoais para poder pagar uma divida a vencer, (5%) utilizaram consignados em folha como aposentadoria ou auxilio, (1%) dos pesquisados utilizaram agiotas e (37%) nunca utilizaram essas fontes de recursos. A facilidade do acesso ao crédito por meio da crise econômica faz com que seja uma prática cada vez mais comum, de modo que o agricultor entre nesse ciclo vicioso.

3.4 APLICAÇÕES DOS RECURSOS ORIUNDOS DO CRÉDITO CONCEDIDO

Quando questionados quantos os principais fatores a aplicação dos recursos oriundos do crédito rural dos agricultores familiares, levaram-se em consideração os aspectos de renda e produção, principais dificuldades e avaliação final dessas políticas de crédito.

O primeiro aspecto a ser analisado foi o de maiores dificuldades na tomada de credito, no qual as dificuldades foram correlacionadas às faixas de idades aplicadas na pesquisa conforme descrito no gráfico 2.

Gráfico 2: Principais dificuldades ao acessar o crédito.

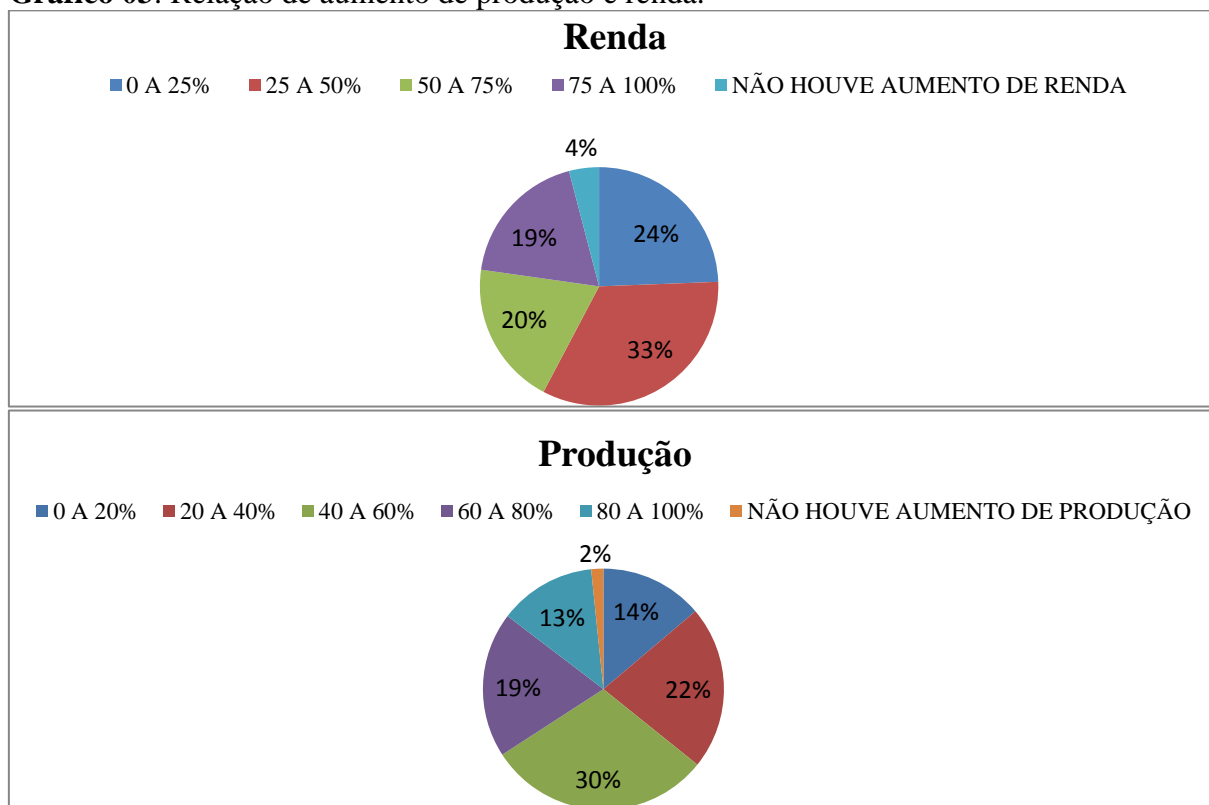
Fonte: Próprio autor (2016)

Por meio do gráfico percebe-se que dos agricultores com idade superior a 40 anos as suas maiores dificuldades estão relacionadas à acessibilidade do crédito representando (27%) dos pesquisados, Prazos e Burocracia representam (12%), Garantias (6%). Nas faixas etárias dos pesquisados de 31 a 40 anos, suas maiores dificuldades também estão relacionadas à acessibilidade do crédito representando (12%), Garantias (5%), Prazo e Burocracias (4%), nos pesquisados com faixa etária de 21 a 30 anos foram distribuídas como: Prazo e Burocracia representando (6%), o surgimento de um novo aspecto para esta categoria sendo estão a Idade (5%) e por fim a acessibilidade (3%), apenas (1%) dos pesquisados indicaram taxas de juros como fator de dificuldade na tomada de crédito.

Observa-se que a acessibilidade do crédito foi o fator mais indicado pelos agricultores, à acessibilidade do crédito está plenamente ligada à falta de concepção do agricultor perante as instituições financeiras tendo em vista que o crédito oriundo do PRONAF, é designado para aplicação em cem por cento na agricultura familiar, porém nota-se através do levantamento do estudo que alguns agricultores utilizam ou tentaram solicitar o crédito com intenção de aplicar em outros empreendimentos. Por não serem um procedimento legal as instituições reprovam o crédito. Verificou que na faixa etária de 21 a 30 anos o aspecto idade foi citado como fator de indeferimento ao crédito, estando plenamente de acordo com as normas de análise de crédito.

Todo crédito tem como objetivo principal proporcionar retorno financeiro ao seu tomador, diante do exposto foi analisado os aspectos de aumento de produção e renda dos pesquisados.

Gráfico 03: Relação de aumento de produção e renda.



Fonte: Próprio autor (2016)

Dos aspectos relacionados à produção 30% dos agricultores familiares relataram que após a utilização do crédito sua produção rural aumentou de (40 a 60%), em sequência 22% relataram aumento de (20 a 40%) de produção, por fim 19% relataram um aumento de (60 a 80%).

Quanto aos aspectos relacionados a melhoramento de renda dos agricultores 33% dos agricultores informaram um aumento de renda entre (25 a 50%), em sequência 24% obtiveram um aumento de renda em até (25%), 20% informaram que tiveram um aumento de renda de (50 a 75%), por fim 19% informaram que suas rendas aumentaram de (75 a 100%).

A avaliação das políticas de crédito é de fundamental importância para a concepção da aplicação dos recursos oriundos do crédito concedido, desta forma os agricultores foram

questionados quanto à avaliação destas políticas após a aplicação. Foram levadas em consideração as três principais avaliações desse modo Observou-se que: (28%) avaliaram as políticas de créditos como sendo ótimas ao agricultor, pois, atendeu todas as suas necessidades rurais e familiares, (26%) avaliaram como sendo bom, pois atenderam todas as necessidades, 12% avaliaram as políticas de crédito como sendo bons em até (75%), em levantamento geral os agricultores familiares da pesquisa avaliam bem as políticas de crédito rural.

Nota-se que os agricultores familiares do estudo em sua totalidade são considerados como pequenos produtores rurais, e considerados como atores sociais importantes para fomentação da economia local, mencionado anteriormente, em sua maioria são pessoas que possuem pouco conhecimento intelectual, porém com desejo de crescerem financeiramente, o crédito rural através do PRONAF é considerado hoje a maior ferramenta de auxílio ao crescimento econômico desses agricultores, no qual pode ser verificada através dos dados de produção e de renda dos agricultores familiares desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas a fortalecimento da agricultura familiar do País revolucionou e trouxe um novo conceito de vida para os pequenos agricultores, o acesso ao crédito que antes era impossível tem se tornado acessível a todos os agricultores que possuem uma visão empreendedora tornando as suas propriedades como base provedora da economia local de seus respectivos municípios.

É perceptível o crescimento dos agricultores dentro da economia, esse crescimento está vinculado com os programas sociais criados pelo governo federal ao longo dos anos, sendo que o PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi e continua sendo o maior programa no auxílio ao crescimento desses respectivos agricultores, o programa que iniciou em meados da década de 90, disseminou-se em todo País e hoje pode ser considerada a maior linha de repasse rural existente no País em se tratando de pequenos agricultores.

Toda a operação independente em qual linha de crédito será destinada passam por uma análise minuciosa nas instituições financeiras, onde todas as operações de crédito

possuem uma análise individual inerente ao objeto e o provedor do crédito, desta forma é analisado características como idade, sexo, bens, renda entre outros itens que contribuem para o endividamento dos indivíduos, todas embasadas em normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEM.

Todos os objetivos do presente artigo foram alcançados, através dos resultados pode-se identificar o perfil do tomador de crédito sindicalizado no município de Cacoal-RO. Onde em maioria são homens, casados, acima de 40 anos de idade, possuindo nível primário de escolaridade, que atuam em sua região que desde a infância possuem vínculo rural e vivem da atividade agrícola, de maneira que apesar da pouca escolaridade possuem nuances de características empreendedoras.

Verificou-se que as linhas de crédito disponibilizadas pelo PRONAF foram fatores importantes para o acesso ao crédito dos agricultores, muitos nunca haviam acessado o crédito rural, principalmente pelo medo dos juros abusivos de mercado e pela rejeição dos mesmos nas instituições financeiras oficiais. Constatou-se que as linhas de crédito mudam de acordo com a idade: os agricultores que possuem mais de 40 anos têm mais facilidade para trabalharem com duas linhas de créditos comuns do PRONAF (Investimento e Custeio), principalmente pela instabilidade econômica e patrimonial e por possuir um bom histórico de pagamento de outros empréstimos do recurso oficial. Os tomadores de crédito mais jovens possuem dificuldade de acessar modalidades de investimento, pois, o risco de inadimplência e desvios de recursos é muito maior do que os demais, desta maneira a modalidade mais requisitada é a de custeio, pois possui uma periodicidade menor de pagamento equivalente há 11 meses.

Analisou-se que a modalidade de custeio moderadamente utilizada em todas as classes de idade pesquisada, sofre desvios de aplicação de recurso por uma margem de agricultores, muitos adquirem o recurso alegando, aquisições de adubos, defensivos, vacinas entre outros itens inerentes a manutenção de lavoura e pecuária, porém ao liberar o crédito as instituições financeiras não exigem comprovação de aplicação de recurso para esta modalidade de custeio, desta forma muitos adquirem um crédito a juros anuais e aplicam os recursos em construção de casas, aquisição de bens móveis e imóveis, além de utilização do recurso para pagamento de outras dividas onde foi perceptível que a prática é comum.

Verificou-se que as principais causas que levam esses agricultores ao crédito rural, é a baixa taxa de juros utilizados nessas operações de variam de 2.5% a 5.5% anuais, além da periodicidade do pagamento das operações, a taxa de juros anual foram fatores determinantes no ato de acessar o crédito tendo em vista que a maioria dos pesquisados não possuem uma renda mensal programada e sim renda anuais, na ótica dos agricultores os pagamentos dos empréstimos o pagamento anual é o suficiente para poder gerar o processo de produção e vender seu produto final seja ele agrícola ou pecuário. A transparência prestada pelas instituições financeiras também foram fatores importantes para os tomadores de crédito.

Identificou-se que os agricultores têm como principal dificuldade a acessibilidade ao crédito, muitos relataram que não possuem paciência para fazer todos os levantamentos de documentações necessárias para o crédito, muitos documentos não são emitidos no município, deste modo a distância entre a zona rural e a cidade para o levantamento do *checklist* de documentos dificultam a tomada do crédito. Para tomadores de crédito mais jovens a principal dificuldade está no prazo estabelecido para pagamento das operações e a sua própria idade.

A pesquisa ressalta como ponto positivo o crescimento da tomada de crédito na região sindicalizada da linha 14 no município de Cacoal-RO. Os agricultores perceberam que a utilização do crédito é de extrema importância para o melhoramento de sua produção e renda, melhorando a qualidade de vida desses agricultores e de suas famílias, intensificando sua permanência no âmbito rural, diminuindo a deslocação dos mesmos para cidades e grandes centros.

Como ponto negativo encontra-se na composição das características desses tomadores de crédito, a falta de planejamento de controle de receitas e despesas foi a mais assinalada na pesquisa, muitos adquirem crédito e não fazem planejamento de gastos ou um controle simples de entrada e saídas, dos poucos que fazem utilizam uma maneira bem rudimentar que é feita manualmente no caderno, outro ponto negativo identificado pela observação não participante foi o desvio de aplicações identificado em alguns pesquisados.

Sugere-se que os agricultores façam um controle de receitas e despesas mediante ao crédito aplicado, tendo em vista que como pagamento é anual o controle tem que ser feito antes para que não ocorram problemas relacionados a pagamento. A aplicação correta do recurso e com os devidos planejamentos financeiros resultam em uma aplicação de crédito

sadia e com retorno financeiro. Recomenda-se a continua busca de conhecimento através de órgãos auxiliares a agricultura para o melhoramento de produção, como implantações de novas tecnologias, novos métodos, e novas tendências do mercado agrícola.

A principal limitação da pesquisa foi à dificuldade de localizar os agricultores alvos da pesquisa, tendo em vista que não houve apenas o deslocamento para a zona rural, foram feitas visitas em associações e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal. Houve dificuldade na falta de objetividade nas respostas dos pesquisados, por serem agricultores muitos possuíam dificuldades de se expressar.

O estudo contribuiu para os agricultores que possuem uma visão holística e empreendedora, a caracterização do perfil desses tomadores de crédito foi de fundamental importância para detectar onde eles estão e onde os mesmos podem chegar. A pesquisa irá contribuir no despertamento dos agricultores que por alguma resistência não trabalham com o crédito e muitas vezes deixam de crescer financeiramente por falta de informação. De maneira geral o estudo contribuiu para todos os públicos que de alguma forma utilizam recursos advindos da zona rural, trazendo mais informações deste fenômeno, pois, a atuação destes agricultores tem sido fundamental para o desenvolvimento e crescimento econômico local. Também contribuiu para reflexões importantes relacionadas a inserção dos agricultores familiares nas esferas econômicas.

Como sugestões para trabalhos futuros recomenda-se que sejam realizadas pesquisas de maiores proporções em nível de Estado, para verificar o perfil dos tomadores de crédito de Cacoal com os demais municípios do Estado, ou do Cone Sul de Rondônia. Sugere-se também que seja feita uma pesquisa com tomadores de crédito rural de médio e grande porte, que seja verificado o perfil e características como também suas percepções diante das atividades agrícolas e pecuárias. Por fim, sugerem-se mais estudos sobre o tema em questão, trazendo à importância dos tomadores de crédito, especialmente da agricultura familiar dentro dos municípios.

REFERÊNCIAS

1 ALBA, Rosalino Luiz. **Crédito rural para agricultura familiar: O perfil dos associados da Cresol Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão - PR, 2009.

2 ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007>> acesso 02 de Fevereiro de 2015.

3 ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo ed. Hucitec 1992.

4 ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

5 BRASIL, 2009. **Banco Central do Brasil. Decreto N. 003721** disponível em <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=109034287&method=detalharNormativo> acesso: 31 de abril de 2015.

6 _____. Decreto 1946 de 1995, resolução nº 2191 de 29/08/1996. **Instituição do programa de fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília 1995.

7 _____. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília 2006.

8 _____. **Ministério do Desenvolvimento Social, 2014** – Programas complementares agricultura familiar, disponível em <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>> acesso 17 de novembro de 2014.

9 _____. **Banco Central do Brasil, 2009**. Critérios de avaliação de crédito e regras para constituição de provisão. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_P.pdf> acesso 06 de abril de 2015.

10 _____.1965 – **Institucionalização do credito rural. LEI N°4.829**, disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm> acesso em 25 de novembro de 2014.

11 _____. **Portal Planalto, 2012**. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no País. Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/agricultura-familiar-ja-produz-70-dos-alimentos-consumidos-no-mercado-interno-do-pais>> acesso 03 de Janeiro de 2015.

12 BROSE, Markus – **agricultura familiar: desenvolvimento local e políticas públicas**. Rio grande do sul; editora: edunisc, 1999.

- 13 BELIK, W. 1999. **PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas – NEA, 32 p.
- 14 BLATT, A. **Avaliação de risco e decisões de crédito: um enfoque prático**. São Paulo: Nobel, 1999.
- 15 BARALDI, M. R. **Manual de políticas e processo decisório de crédito**. São Paulo: ibcb, 2ª. Edição, 1990.
- 16 FIGUEIRA, Humberto Paulo. **Gestão Do Risco De Crédito: Análise Dos Impactos Da Resolução 2682, do Conselho monetário nacional, na transparência do risco da carteira de empréstimos dos bancos comerciais brasileiros**. Vitória - ES, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3995/000305726.pdf?sequence=1>> acesso: 4 de Abril de 2015.
- 17 GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.
- 18 _____. Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12ª edição. E ed. Pearson. São Paulo. 2010.
- 19 GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas 1991.
- 20 LOPES, Brenner; AMARAL, Jeferson Ney. **Políticas Públicas - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Coordenação Ricardo Wahrendorff Caldas, Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.
- 21 _____. E.M, Marconi. M.A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados**. 7ª ed. São Paulo: atlas 2008.
- 22 MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. p.43 e 44.
- 23 MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas. 1994.
- 24 MICHEL. Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.
- 25 MIURA, Yuko; DAVI, Marcos Cesar Antunes. **Utilização de instrumentos de avaliação de riscos para concessão de créditos às pessoas jurídicas**. Akropolis: Revista de Ciências Humanas da Unipar, Umuarama, v.8, n.1, p.48-61, jan/mar. 2000.

26 MOREIRA, Cláudio Filgueiras Pacheco. **Manual de contabilidade bancária**, ed Elsevier. 2º ed. Rio de Janeiro, 2008.

27 MOURA, R. **Manual de cadastro, crédito e cobrança**. CNI Departamento de Assistência à Média e Pequena Indústria – Convênio CNI-SESI/DN e SENAI/DN. Rio de Janeiro – RJ, 1989.

28 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Linhas de crédito atribuídas ao Pronaf**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>> acesso 17 de dezembro de 2014.

29 _____. **Plano Safra 2016/2017**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/plano_safra> acesso 03 de Novembro de 2016.

30 PORTAL PLANALTO. **Decreto nº1946 de 28 de Junho de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm> acesso em 28 de agosto de 2016.

31 RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

32 RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

33 SANTOS, Jose Odálio dos. **Análise de Crédito: empresas e pessoas físicas**. Ed. Atlas. São Paulo. 2000.

34 SILVA, José Pereira da. **Administração de crédito e previsão de insolvência**. São Paulo: Atlas, 1983.

35 SANTO, Alexandre do Espírito. **Delineamentos de metodologia científica**. São Paulo: Loyola, 1992. Disponível em:<<http://books.google.com.br/books?id=yOVadaBhVRAC&pg=PA75&dq=aleatoria+amos+tra+metodologia&hl=ptBR&sa=X&ei=E3yzU8nAGugsASemICoCA&ved=0CBsQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 01 de Julho de 2014.

36 SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 13 de Novembro de 2014.

37 SOUZA, Paulo Marcelo de. **Evolução da distribuição dos financiamentos do Pronaf entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009**, ed. RBE Rio de Janeiro, 2011.

38 SILVA, Adriano Camiloto da; NETO, Diogo Gonzaga Torres; QUINTINO, Simone Marçal. **Manual do Artigo Científico do Curso de Administração**. Cacoal, 2010.

39 TSURU, Sergio Kazuo. CENTA, Sergio Alexandre. **Crédito no varejo para pessoas físicas**. 2ª ed. Curitiba. 2009.

40 VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998, p.45.

41 ZIGER, Vanderley - **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas** 2013. Disponível em:
<<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf>> acesso: 04 de Março de 2015.

ANEXO

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Cacoal, sob presidência do Srº diretor: Paulino Favoretti está convidado a contribuir e participar da pesquisa. **O PERFIL DOS TOMADORES DE CRÉDITO DE PRONAF DOS AGRICULTORES FAMILIARES SINDICALIZADOS NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO**, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

PROGRAMA: Graduação em Administração UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Higo Vale de Oliveira

ENDEREÇO: Rua Leonardo da Vinci, nº 276, Jardim Saúde, Cacoal/RO.

TELEFONE: (069) 9601-1354

OBJETIVOS:

Apresentar as linhas de créditos voltados á agricultura familiar disponível atualmente no município de Cacoal-RO.

Descrever o perfil dos tomadores de crédito rural no município de Cacoal-RO.

Identificar os motivos que conduzem os agricultores familiares a buscarem o crédito.

Identificar como as famílias aplicam os recursos oriundos do crédito concedido.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: caso concorde em participar desta pesquisa, a instituição terá que fornecer dados que contribuam com a pesquisa tais como o quantitativo de moradores da linha 14 e endereço dos referidos associados. Os dados coletados serão tabulados e analisados para fechamento do Artigo para Graduação no Curso de Administração da Universidade Federal de Rondônia.

RISCOS E DESCONFORTOS: a pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo ao participante.

BENEFÍCIOS: proporcionar conhecimento a respeito do assunto para o município de Cacoal-RO.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto ou pagamento com sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Garantia de sigilo que assegure a sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Os dados e o seu nome não serão divulgados.

Assinatura do participante:

ANEXO B

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, DECLARO, para todos os fins de direito e que se fizerem necessários que isento completamente a Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles em Cacoal, o orientador e os professores indicados para comporem o ato de defesa presencial, de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e ideias expressas no presente trabalho de conclusão de curso.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Cacoal / RO, 21 de Novembro de 2016.

Higo Vale de Oliveira

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO – AGRICULTORES LINHA 14.

Este questionário tem por objetivo coletar dados para complementar o Artigo de Conclusão de Curso a ser apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito para obtenção do título de bacharel em Administração. Ao Preenchê-lo não há necessidade de identificação pessoal. Favor entregar o questionário para o presidente da ASPRUZA, associação da linha 14.

Questionário adaptado de Rosalino Luís alba, 2009 estudo sobre o Crédito rural para a agricultura familiar: O perfil dos associados/as da Cresol Francisco Beltrão –PR.

Data do Procedimento: _/_/_

1) Nome:

2)Endereço:

3) Área da Propriedade em Hectares

4) Qual a faixa etária:

De 0 a 10 anos () De 11 a 20 anos () De 21 a 30 anos

() de 31 a 40 anos () Acima de 40

5) Estado Civil:

() Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo(a) () União Estável () Amigável

6) Escolaridade:

() Nível Primário () Nível Fundamental () Nível Médio () Nível Superior ()

Não Alfabetizado

7) Condição do participante:

Destaque a alternativa(s).

() Proprietário

() Arrendatário

() Posseiro

() Parceiro

() Meeiro

() Comodatário

() Uso coletivo

8) Em escala Percentual qual a necessidade de utilização de mão de obra dentro de um período de 365 dias na propriedade ?

☐ Nenhuma ☐ até 20% ☐ 20 a 40% ☐ 40 a 60% ☐ 60 a 80% ☐ 80 a 100%

9) Qual o percentual de utilização mão de obra familiar na propriedade?

☐ Nenhuma ☐ até 25% ☐ 25 a 50% ☐ 50 a 75% ☐ 75% a 100%

10) Qual o número de pessoas na família?

☐ Nenhum ☐ 3 (três)
☐ 1 (um) ☐ 4 (quatro)
☐ 5 (cinco ou mais)

11) Qual a sua principal renda familiar? (Assinalar mais de uma opção)

☐ Pecuária de Leite
☐ Avicultura
☐ Cafeicultura
☐ Pecuária de Corte
☐ Hortaliças
☐ Fruticultura
☐ Piscicultura
☐ Produção de Grãos
☐ Aposentadoria

12) Quanto sua renda representa em salários mínimos no Período de um ano?

☐ Inferior a um Salário Mínimo
☐ De 1 a 2 Salários Mínimos ☐ De 2 a 3 Salários Mínimos
☐ De 3 a 4 Salários Mínimos ☐ De 4 a 5 Salários Mínimos
☐ Acima de 5 Salários Mínimos

13) As políticas de crédito rural apresentadas por instituições financeiras são transparentes ao agricultor/produtor rural? Assinale de acordo com o seu grau de entendimento.

☐ Não são transparentes
☐ São transparentes em até 25%
☐ São Transparentes em até 50%
☐ São Transparentes em até 75%
☐ São totalmente transparentes.

14) Utiliza ou já utilizou o Crédito rural, se sim com que frequência? Assinalar mais de uma alternativa conforme sua realidade.

- ☐ Não utiliza
- ☐ Utiliza 1 vez por ano para operações de Custeio
- ☐ Utiliza 2 vezes ou mais por ano para operações de Custeio
- ☐ Utiliza 1 vez por ano para operações de Investimento
- ☐ Utiliza 2 vezes por ano ou mais para operações de Investimento
- ☐ Utiliza 1 vez por ano para operações de investimento/custeio
- ☐ Utiliza 2 vezes por ano ou mais para operações de Investimento/custeio

15) Qual a sua opinião e avaliação em relação as políticas de créditos rural aplicadas pelo governo?

- Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo ☐
- ☐ Não atendeu minhas necessidades
 - ☐ Pois atendeu as necessidades em até 25% do recurso
 - ☐ Pois atendeu as necessidades em até 50% do recurso
 - ☐ Pois atendeu as necessidades em até 75% do recurso
 - ☐ Pois atendeu todas minhas necessidades

16) Qual tipo de contrato você utilizou?

- ☐ Investimento ☐ custeio ☐ outros. Quais?

17) Qual o destino do crédito investimento? Assinalar mais de uma alternativa conforme sua realidade:

- ☐ Compra de animais
- ☐ Compra de terras
- ☐ Culturas perenes
- ☐ Instalações e benfeitorias
- ☐ Máquinas, equipamentos e implementos.

18) Classifique em ordem numérica (ex.1º, 2º, 3º) as dificuldades e/ou problemas encontrados na tomada de empréstimos do Crédito Rural?

- ☐ Prazo - época Burocracia
- ☐ Acessibilidade
- ☐ Taxas de Juros
- ☐ Garantias

- ☐ Capacidade de Pagamento
- ☐ Idade
- ☐ Comprovação fiscal do Recurso

19) É utilizado algum tipo de Controle em sua propriedade em relação a produção existente?

- ☐ Sim, Utilizo por meio de anotações em caderno.
- ☐ Sim, utilizo por meio de controle através de planilhas no Excel
- ☐ Sim Utilizo anotações e faço controle através de um computador
- ☐ Não utilizo e não faço controle

20) Teve alguma dificuldade para pegar o empréstimo?, Se sim assinalar mais de uma alternativa, conforme a sua realidade.

- ☐ Não.
- ☐ Dificuldade ao declarar renda
- ☐ Dificuldade em relação a Idade
- ☐ Dificuldade em relação a garantias
- ☐ Dificuldade em relação a Burocracia
- ☐ Dificuldade em relação as formas de pagamento

21) Depois de ter começado a trabalhar com o crédito rural, sua produção:

- ☐ de 0 a 20%
- ☐ de 20 a 40%
- ☐ de 40 a 60%
- ☐ de 60 a 80% de 80 a 100%
- ☐ Não houve aumento de produção

22) Quais motivos levaram você a buscar o crédito rural? Assinale mais de uma alternativa conforme sua realidade.

- ☐ Facilidade
- ☐ Pagar outras dividas
- ☐ investir na agricultura
- ☐ investir na pecuária.
- ☐ investir em outros empreendimentos.
- ☐ Melhor taxas de juros

23) Em relação a taxa de juros elas são:

- ☐ favoráveis

() desfavoráveis

() intermediárias

24) Após a aplicação do crédito, sua renda familiar aumentou em que proporção?

() Aumentou de 0% a 25%

() Aumentou de 25% a 50%

() Aumentou de 50% a 75%

() Aumentou de 75% a 100%

() Não houve aumento de renda

() Houve diminuição de renda

() Houve prejuízos

26) Avalie em que medida você concorda ou discorda na sua realidade as mudanças ocorridas em sua vida e em sua propriedade após a aplicação do crédito, assinale as alternativas com (x) em cada uma das opções.

Mudanças	Concordo Totalmente	Concordo	Nem concordo e nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
O crédito melhorou a qualidade de vida da família					
O crédito ajudou na minha formação					
O crédito melhorou minha produção agrícola					
O crédito ajudou na preservação do meio ambiente					
O crédito ajudou na vida comunitária					
O crédito ajudou no exercício do meu trabalho					
O crédito melhorou na condição de moradia					

28) Utiliza ou já utilizou outras fontes de financiamento, se sim assinalar as alternativas?

() Nunca Utilizei.

() Empréstimo Pessoal

() Agiotas (pessoas físicas)

() Factorings

() Consignados

() Microcrédito

() Financeiras.